

Assembleia Geral

19 de junho 13h30 às 17h

sexta-feira

Escola de Música

Salão Leopoldo Miguez

Pauta

- 1 - Informes
- 2 - Greve nacional dos docentes das IFE;
- 3 - Mobilização na UFRJ e construção da pauta local;
- 4 - Assuntos Gerais

Conselho de Representantes

18 de junho quinta-feira às 18h

O local será informado no site da Adufrj-SSind

Pauta

- 1 - Informes; 2 - Mobilização UFRJ;
- 3 - Assuntos Gerais

Lembramos que as reuniões do Conselho de Representantes são abertas a todos os professores sindicalizados.

www.adufrj.org.br

Técnicos querem suspender matrículas do SiSU na UFRJ
Página 5

Jornal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ

AduFRJ

SEÇÃO SINDICAL

Andes-SN
Ano XIV nº 891

Central Sindical e Popular - Conlutas
16 de junho de 2015

PAINEL ADUFRJ

Quem manda na economia
Página 7



Movimento Docente

Cadê a negociação?

A greve nacional dos docentes já conta com a adesão de 30 instituições, informa o Comando Nacional de Greve

Samuel Tosta - 11/06/2015



Alunos protestam durante a última reunião do Conselho Universitário

O Comando Nacional de Greve (CNG) do Andes-SN divulgou documento com o histórico das tentativas de negociação com o governo. O texto "Reunião sem proposta não é negociação, é enrolação" foi elaborado para responder às afirmações do MEC, que acusa o movimento de "precipitado". Na quinta-feira 11, o CNG enviou carta ao ministro da Educação solicitando audiência. Até esta segunda-feira 15, o número de universidades que aderiram à greve chegou a 30. **Página 4**

Marco Fernandes - 10/06/2015



CEG e Consuni reconhecem legitimidade de greve estudantil

A intensa mobilização estudantil arrancou do Conselho de Ensino de Graduação e do Conselho Universitário o reconhecimento da legitimidade da greve iniciada no dia 29 de junho. O Consuni, no entanto, não ratificou a decisão do CEG que tinha votado pela suspensão do calendário acadêmico. **Página 3**

Mexicanos relatam genocídio de estudantes

Ayotzinapa

Familiares de estudantes desaparecidos no México fazem relato do genocídio que chocou o mundo. **Página 8**

Docente ganha menos Página 2 | **Educação infantil à míngua** Página 6

SEGUNDA PÁGINA

Salário docente perde para carreiras similares

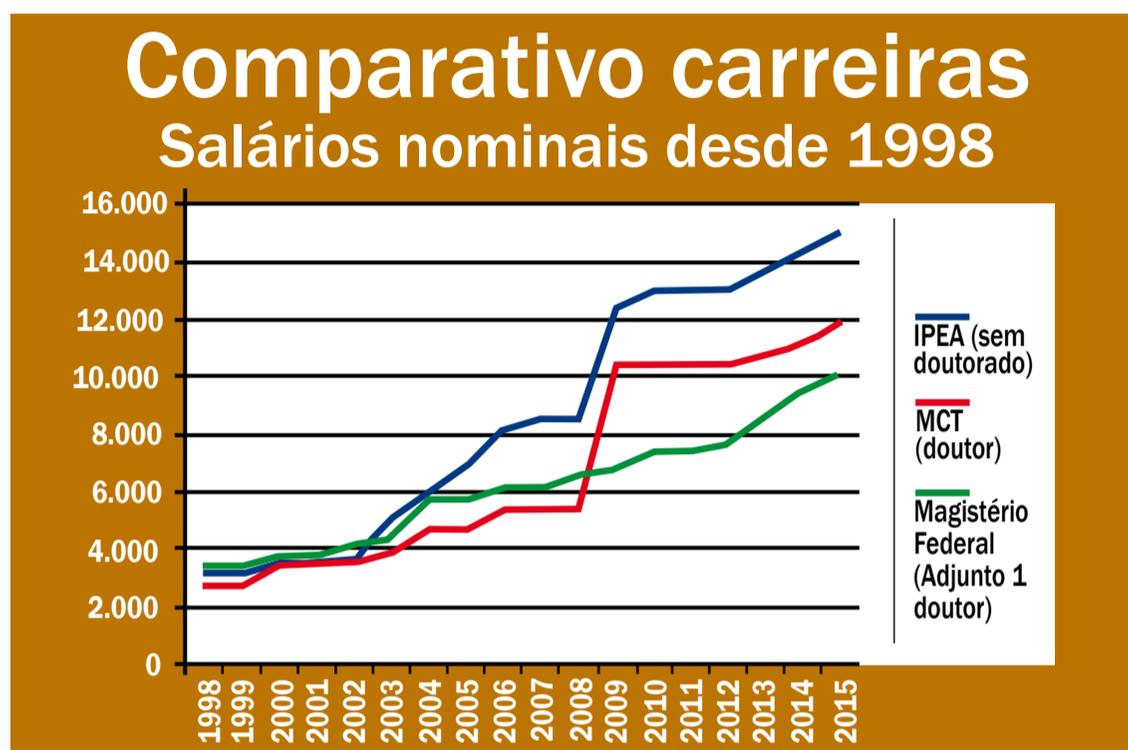
Comparativo entre remunerações de certas profissões no serviço público federal mostra como os professores foram desprestigiados pelos governos ao longo dos últimos anos

Pesquisadores do MCT e do IPEA ganham mais

Sei governo, entra governo, mas o discurso a favor da Educação, com valorização de seus profissionais, não muda. Na prática, porém, não é isso o que se verifica em um levantamento feito junto às tabelas de remuneração dos servidores públicos federais, disponibilizadas pelo Ministério do Planejamento na página www.servidor.gov.br. A série existe desde 1998 (não existem os dados de 1999, ano para o qual foram repetidos os valores anteriores, para construção do gráfico).

Foram comparados dados de duas carreiras similares, no primeiro nível com exigência de doutorado, ativos: Professor Adjunto 1 com Doutorado em regime de Dedicção Exclusiva (hoje em dia, o salário é igual para o professor DIII 1 da carreira de EBTT); Pesquisador do Ministério de Ciência e Tecnologia, com doutorado. Os valores somam os vencimentos básicos com a máxima gratificação a que os servidores tinham/têm direito (algumas foram incorporadas, ao longo dos anos, como a GED dos professores). Para evidenciar a diferença de tratamento com os docentes, vale comparar os vencimentos do primeiro nível da carreira de Pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), para a qual não existe necessidade de doutoramento.

Em 1998, um professor, nessas condições, recebia um pouco mais que os colegas das outras carreiras: R\$ 3.388,31, contra R\$ 3.128,25 do pesquisador do IPEA e R\$ 2.662,36 do pesquisador do MCT. Essa situação



perdurou até 2003, quando os quadros do IPEA passaram a receber mais. Em 2009, os docentes federais foram ultrapassados também pelos pesquisadores do MCT. Desde então, apesar de apresentarem uma ligeira aproximação com os servidores do ministério de Ciência e Tecnologia, os professores continuaram desprestigiados.

Confira na tabela ao lado a série histórica das diferenças salariais entre essas carreiras.

Tendência preocupante

Esta tendência à desvalorização é preocupante, sobretudo por não haver nenhuma previsão de reajuste salarial para os professores federais a partir do ano que vem. O Andes-SN chama a atenção para este fato que, a médio prazo, compromete a dedicação exclusiva e o caráter público da universidade. Trata-se de uma importante pauta da greve nacional em curso, pois esta tendência precariza as condições de trabalho dos professores federais da mesma maneira que ocorreu com a carreira dos professores do estado e do município.

	IPEA	MCT	MF
1998	31.28,25	2.662,36	3.388,31
1999	-	-	-
2000	34.43,51	3.390,99	3.718,43
2001	34.43,51	3.390,99	3.718,43
2002	35.64,03	3.509,66	4.149,94
2003	50.49,78	3.813,82	4.251,89
2004	59.30,08	4.662,62	5.686,54
2005	68.10,39	4.622,62	5.686,54
2006	8.160,5	5.307,03	6.135,77
2007	8.484,53	5.307,03	6.135,77
2008	8.484,53	5.307,03	6.497,16
2009	12.413,65	10.350,68	6.722,85
2010	12.960,77	10.350,68	7.333,67
2011	12.960,77	10.350,68	7.333,67
2012	12.960,77	10.351,33	7.627,02
2013	13.608,81	10.716,04	8.618,53
2014	14.275,64	11.099,27	9.536,86
2015	15.003,7	11.822,07	10.007,23

Fonte: www.servidor.gov.br

Terceirizados não recebem reajuste

Conquistado pelo Sindicato dos Empregados de Empresas de Asseio e Conservação do Município do Rio de Janeiro, um reajuste de 15,38% no valor do tíquete-alimentação ainda não foi cumprido pela empresa Qualitécnica, do setor de limpeza da universidade. A mudança está em vigor desde 1º de março. Os trabalhadores terceirizados da limpeza recebem ainda o valor antigo de R\$ 13, que deveria ser de R\$ 15.

A Associação dos Trabalhadores Terceirizados da UFRJ (Attufjr) irá acionar o Ministério Público do Trabalho para fazer mais esta denúncia contra a empresa. Além disso, os vales-transporte e de alimentação ainda não foram regularizados de forma integral nem no prazo. Nos próximos dias, a Attufjr irá se reunir com o MPT para saber sobre as possíveis sanções à empresa. (Samantha Su)

Vila Autódromo continua mobilizada

No último dia 11, moradores da Vila Autódromo foram à Prefeitura para entregar a Eduardo Paes um abaixo-assinado: o objetivo era solicitar audiência de diálogo sobre a situação da comunidade, ameaçada de remoção. No dia 3 de junho, a Guarda Municipal — acompanhada de funcionários da Prefeitura — promoveu uma tentativa ilegal de despejo. Durante a ação, oito moradores ficaram feridos.

Atendidos pelo subsecretário de governo, David Carlos Pereira Neto, os moradores apresentaram sua demanda por urbanização da comunidade e reconhecimento do seu direito à permanência. O subsecretário se comprometeu a marcar a audiência solicitada com o prefeito, mas não deu um prazo (com informações do Comitê Popular Rio Copa e Olimpíadas).

Funpresp e Reformas da Previdência

Nesta quarta-feira, dia 17, às 13h30, a Sala 110 da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio – Fiocruz vai receber uma roda de conversa que terá, como tema central, a crise do capital e os seus impactos sobre a previdência dos trabalhadores. Para contribuir com o debate, foram convidados: a professora Sara Granemann (Escola de Serviço Social-UFRJ) e Luiz Pustiglione (Sintufjr Vermelho e CSP-Conlutas).

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Prédio do CT - bloco D - sala 200 Cidade Universitária CEP: 21949-900 Rio de Janeiro-RJ Caixa Postal 68531 CEP: 21941-972 Tel: 2230-2389, 3884-0701 e 2260-6368

Diretoria da Adufjr-SSind Presidente: Cláudio Ribeiro 1º Vice-Presidente: Luciana Boiteux 2º Vice-Presidente: Cleusa Santos 1º Secretário: José Henrique Sanglard 2º Secretário: Romildo Bomfim 1º Tesoureiro: Luciano Coutinho 2º Tesoureira: Regina Pugliese **CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND** Colégio de Aplicação Renata Lúcia Baptista Flores; Maria Cristina Miranda Escola de Serviço Social Mauro Luis Iasi; Luis Eduardo Acosta Acosta; Henrique André Ramos Wellen; Lenise Lima Fernandes Faculdade de Educação Claudia Lino Piccinini; Andrea Pentead de Menezes; Alessandra Nicodemos Oliveira Silva; Filipe Ceppas de Carvalho e Faria; Roberto Leher Escola de Comunicação Luiz Carlos Brito Paternostro Faculdade de Administração e Ciências Contábeis Antônio José Barbosa de Oliveira Instituto de Economia Alexis Nicolas Saludjian Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional Cecília Campello do Amaral Mello Faculdade Nacional de Direito Mariana Trotta Dallalana Quintans; Vanessa Oliveira Batista Faculdade de Arquitetura e Urbanismo Eunice Bomfim Rocha; Luciana da Silva Andrade; Sylvania Meimaridou Rola; André Onioli Parreiras Escola de Belas Artes Patrícia March de Souza; Carlos de Azambuja Rodrigues Faculdade de Letras Gumerinda Nascimento Gonda; Vera Lucia Nunes de Oliveira Escola de Educação Física e Desportos Luis Aureliano Imbiriba Silva; Alexandre Palma de Oliveira; Marcelo Paula de Melo; Michele Pereira de Souza da Fonseca Escola de Enfermagem Anna Nery Walcyr de Oliveira Barros; Gerson Luiz Marinho Coppe Vera Maria Martins Salim Escola Politécnica José Miguel Bendrao Saldanha; Eduardo Gonçalves Serra Coordenador de Comunicação Luiz Carlos Maranhão Editor Assistente Kelvin Melo de Carvalho Reportagem Silvana Sá e Elisa Monteiro Projeto Gráfico e Diagramação Douglas Pereira Estagiária Samantha Su Tecnologia da Informação: Renato Souza Tiragem 4.000 E-mails: adufjr@adufjr.org.br e secretaria@adufjr.org.br Redação: comunica@adufjr.org.br Cadernos Adufjr: revista@adufjr.org.br Diretoria: diretoria@adufjr.org.br Conselho de Representantes: conselho@adufjr.org.br Página eletrônica: <http://www.adufjr.org.br>

Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

UFRJ

Greve estudantil reconhecida nos conselhos superiores

Resolução do Conselho Universitário, realizado em 11 de junho, garante o direito à reposição de aulas, avaliações e adequação do cronograma acadêmico após o fim do movimento grevista

Centenas de jovens acompanharam a sessão

Elisa Monteiro

elisamonteiro@adufrj.org.br

Foi uma semana de avanços para a luta dos estudantes em greve da UFRJ. Uma mobilização de centenas no Conselho de Ensino de Graduação (CEG), em 10 de junho, e de um número ainda mais expressivo no Conselho Universitário do dia seguinte garantiu o reconhecimento institucional ao movimento. A vitória é inédita. A resolução aprovada garante abono das faltas, reposições de aulas, avaliações, revisão de conteúdos e adequação do cronograma após o encerramento da paralisação.

Os estudantes pleiteavam a suspensão do calendário acadêmico, argumentando que essa seria a única medida capaz de conter eventuais constrangimentos ou represálias. “Para nós, não resolve uma segunda chamada punitiva”, justificou Helena de Carvalho, representante discente, durante o Consuni do dia 11.

A indicação de suspensão foi aprovada na sessão do CEG do dia anterior. Já no fórum deliberativo máximo da universidade, a proposta foi reformulada pela Comissão de Ensino e Títulos do colegiado, retirando a previsão de interrupção das atividades. A bancada estudantil, incluindo os pós-graduandos (em greve desde o dia 10), manteve a proposta original do CEG, mas sem sucesso.

Alguns representantes docentes clamaram pela unidade da comunidade universitária contra “a polarização dos segmentos”, em favor de uma “UFRJ unida” para enfrentar as adversidades. Segen Estefen, por exemplo, disse estar preocupado com o aprofundamento da divisão entre professores, técnicos e estudantes e se declarou favorável a um movimento único “em defesa da universidade”. Já a estudante Caroline Borges, entre outros, enfatizou que a mudança do perfil socioeconômico da universidade a partir da implantação das cotas expõe conflitos já presentes na sociedade: “Fala-se de muito da excelência da universidade, mas a verdade é que somos nós bolsistas e co-



Legítima. Mobilização de centenas de estudantes por dois dias seguidos garante a reposição de aulas, conteúdo e avaliações

tistas que fazemos a ponte com a sociedade real. Tratar desiguais como iguais não é democrático. A suspensão do calendário é uma oportunidade de a universidade se preparar para receber adequadamente os três mil cotistas que estão para entrar”.

“Se a gente (estudantes) não presta atenção ao enunciado, o professor tira ponto na prova. Tá na hora de o professor prestar atenção ao enunciado: os estudantes não estão em greve porque não querem ter aula. O enunciado é: o governo federal cortou R\$ 9 bilhões da Educação e os estudantes entraram em greve porque não estão conseguindo vir assistir à aula”, completou outra estudante, Gabriela

Celestino, do DCE Mário Prata.

Os estudantes criticaram a iniciativa de alguns professores em trazer alunos “contra a greve” para dar depoimentos na sessão. “Isso não é novo, vimos acontecer na greve de 2012”, criticou Helena de Carvalho, também do DCE. “Os estudantes se organizam de maneira autônoma. O espaço para discutir a legitimidade da greve dos estudantes é na assembleia dos estudantes.”, destacou. Um dos momentos mais emocionantes da sessão foi a intervenção, solicitada por uma professora, de uma representante do CA da Medicina que deliberou pela manutenção do calendário acadêmico. “Estou falando por

uma decisão coletiva anterior à resolução do CEG. Mas peço aos colegas do CA que considerem tudo que está sendo dito aqui. Sou uma das duas únicas pessoas negras da minha turma. Todos sabemos que a universidade é sim elitista e precisa avançar nessa questão (racial)”, disse emocionada.

Xerém e Macaé mais prejudicados

O mote “Greve geral contra o ajuste fiscal” deu o tom das manifestações dos dias 10 e 11. E muitos cartazes afixados e expostos por estudantes faziam referência ao polo Xerém ou ao campus de Macaé. Sem autori-

zação para falar ao microfone, estudantes de Xerém criticavam a expansão sem estrutura expressa em um polo com apenas um bebedouro para atender toda a comunidade. E cobravam a prometida migração para um local mais adequado, em Santa Cruz da Serra. O reitor eleito, Roberto Leher, saudou a mobilização discente, sublinhando a “clareza do movimento sobre a grave crise pela qual passam, não apenas a UFRJ, mas todas as universidades federais”.

Adufrj-SSind solidariza-se com estudantes

Cláudio Ribeiro, presidente da Adufrj-SSind, afirmou que, embora não seja novo o problema da falta de condições de estudo e de assistência estudantil, ganha outra qualidade, “em escala”, a partir dos cortes sobre o orçamento das universidades e do Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Um quadro que se torna mais crítico com o alto custo de vida na cidade do Rio de Janeiro. Cláudio destacou que “a permanência não é uma questão do estudante, mas de toda a universidade”. Segundo ele, as declarações do Ministro da Fazenda, Joaquim Levy, deixam claro que os cortes estão apenas começando: “A previsão de superávit para o próximo ano é maior. Quem acha que a situação vai melhorar não está sabendo ler a política do governo federal”.



Estrutura. Condições para estudo e assistência estudantil são pautas centrais discentes

GREVE DA FASUBRA

Técnicos apontam não fazer matrículas do SiSU na UFRJ

Objetivo da decisão é pressionar o governo a negociar a pauta de reivindicações do movimento

Outras federais já decidiram o mesmo

Silvana Sá

silvana@adufrj.org.br

Poderão não ser realizadas na UFRJ as matrículas do segundo semestre do Sistema de Seleção Unificada (SiSU). O informe foi prestado por Luiz Pustiglione, um dos integrantes do Comando Local de Greve dos servidores técnico-administrativos, no último Consuni (dia 11). A medida — que está sendo utilizada em outras instituições — será discutida em assembleia geral com o objetivo de pressionar o governo a negociar a pauta de reivindicações da categoria.

O movimento também deliberou pela solicitação do cancelamento dos editais de transferência interna e externa que acontecem, normalmente, no meio do ano. Atualmente, os editais já foram suspensos pela reitoria para serem retomados após a greve dos servidores. Os técnico-administrativos entendem, porém, que o cancelamento é a melhor medida, pois possibilitará a realização de apenas um grande processo ao fim do ano.

O movimento elegeu os pagamentos e a manutenção da vida (seja nos hospitais universitários ou nos biotérios) como atividades essenciais e que, portanto, deverão ser continuadas. “Outros casos considerados como excepcionalidades serão avaliados pela Comissão de Ética do Comando Local de Greve”, explicou Luiz.

À reportagem do **Jornal da Adufrj**, o servidor também co-



Renan Silva/Sintufrj

Técnicos-administrativos da UFRJ pretendem adotar medidas para aumentar a visibilidade do movimento grevista

mentou a decisão recente do Consuni de não suspender o calendário acadêmico: “A suspensão do calendário era muito importante para que não houvesse pressão sobre os técnico-administrativos quanto à realização de algumas atividades, como previsão de turmas, fechamento de semestre etc. Dois segmentos da universidade estão em greve. E o que foi decidido não garante a uniformidade do calendário acadêmico”.

Francisco de Assis, coordenador geral do Sintufrj e também inte-

grante do CLG dos técnicos-administrativos, informou que já são mais de 50 universidades em greve da categoria. “A paralisação tem sido crescente. Estamos buscando envolver também o segmento docente. Para nós, seria muito importante que os professores se somassem à greve, pois a pauta que nos une é social, já que os cortes do orçamento interferem nas políticas de assistência estudantil, faz com que pessoas trabalhem em regime de semi-escravidão e pioram as nossas condições de trabalho”.

Greve dos técnicos já alcança 63 Ifes

Além da pauta geral dos servidores públicos federais e da pauta nacional dos TAE das federais (cuja greve já alcança 63 instituições), os trabalhadores reivindicam os seguintes pontos internamente:

- regulamentação das 30 horas na UFRJ;
- política concreta de combate ao assédio moral;
- paridade para todas as eleições institucionais;
- paridade de representação nos conselhos superiores e órgãos colegiados da UFRJ;
- garantia do espaço de convivência previsto no Plano Diretor UFRJ 2020 para o Sintufrj.

Estudantes continuam na luta na UFRJ

Após Consuni, novas mobilizações agitam a greve do segmento

Samantha Su

Estagiária e Redação

Após o Consuni que reconheceu a legitimidade da greve estudantil (leia mais na página 3 desta edição), mas não suspendeu o calendário acadêmico de 2015, o segmento realizou assembleia na tarde do dia 11, na

Escola de Música. E o corpo discente da UFRJ deliberou por mais mobilização: “Nós não vamos nos submeter à decisão do Consuni. Todas as falas foram para indicar a intensificação da greve e voltar para as pautas primordiais: a assistência estudantil e o absurdo corte de verbas na educação”, declarou Gabryel Henrici, representante do DCE.

Neste sentido, os alunos propuseram, para esta segunda, dia 15 (data do fechamento desta edição), uma assembleia comunitária junto de professores e técnicos-administrativos, às 14h, no hall da reitoria

(assim que possível, seu resultado será divulgado no site e nos perfis da Adufrj-SSind nas redes sociais) e, logo depois, uma reunião do Comando Estadual de Greve, às 17h, no IFCS. Além disso, estão marcadas duas atividades: um para lembrar o descaso com os cursos novos, frutos do Reuni (“Quem Entrou Quer Ter Lugar”), para o prédio da reitoria, às 16h do dia 18; outro, um ato unificado no estado pela “Educação e Assistência Estudantil - Passe Livre Intermunicipal Já!”, com início na Candelária, dia 19 (ainda sem horário).

Uerj: alunos vão “enterrar” o reitor

Nesta terça-feira, dia 16, o reitor da Uerj, Ricardo Vieiralves, será simbolicamente enterrado pelo movimento estudantil. O evento pretende escancarar as críticas à gestão da universidade. A atividade foi deliberada em assembleia do corpo discente, em 11 de junho. Nova reunião, em 25 de junho, decide sobre possível deflagração de greve estudantil.

Está prevista uma ocupação cultural na Concha Acústica da universidade, logo após o “enterro” do reitor. E um ato no Hospital Universitário Pedro Ernesto, às 10h de quarta-feira, 17, em defesa da Saúde Pública. No fim da tarde da mesma data, ocorre o evento “Por que somos contra a redução (da maioria penal)”, no campus Maracanã. (Samantha Su)

PÁTRIA EDUCADORA?!

Em busca de um lugar para a Educação Infantil na UFRJ

CFCH debate os problemas da EEI, que não possui professores efetivos, orçamento ou prédio próprio

Quase cem crianças são atendidas na Unidade

Silvana Sá

silvana@adufrj.org.br

O Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH) debateu, dia 8, as necessidades da Escola de Educação Infantil. Este foi um primeiro encontro aberto promovido com o objetivo de “pensar o novo lugar da educação infantil na UFRJ”, conforme destacou a vice-decana do CFCH, professora Monica Lima. A reunião, a princípio extraordinária do Conselho de Coordenação de Centro, perdeu o caráter deliberativo, pois a maior parte dos representantes não compareceu.

Alessandra Sarkis, diretora da escola, afirmou que, neste momento, a EEI precisa integrar seu trabalho pedagógico à Faculdade de Educação e ao Colégio de Aplicação. E citou alguns dos problemas atuais: “Somos escola sem professor no quadro, sem orçamento, sem prédio próprio. Todo o pessoal fora de sala é composto por técnicos-administrativos, inclusive na direção”, esclareceu. A escola funciona em período integral, das 7h30 às 17h30. São 28 professores que atendem 94 crianças distribuídas em grupos que vão dos quatro meses aos cinco anos e onze meses.

Luciana Boiteux, diretora da Adufrj-SSind, compareceu ao encontro e expôs a preocupação da Seção Sindical com as questões que afligem o corpo do-

cente da escola: “Não há como pensar acesso sem pensar nas condições de trabalho. Como desenvolver um projeto pedagógico sem a garantia de vagas para professores efetivos?”.

Atualmente, a EEI conta apenas com professores substitutos. E, há mais de um ano, está pendente a realização de um concurso para o quadro efetivo da unidade – vale lembrar que um dos eixos principais da greve nacional organizada pelo Andes-SN é a contratação imediata para atender às demandas, preferencialmente em regime de dedicação exclusiva.

Os contratos atuais da EEI têm vigência de um ano, prorrogáveis por mais seis meses e depois por mais seis meses. Mesmo os substitutos não são lotados na Escola: seus contra-

tos temporários são formalizados via Faculdade de Educação, como professores de nível superior e não do ensino básico, técnico e tecnológico (EBTT).

Ana Maria Monteiro, diretora da Faculdade de Educação, defendeu a existência do CAP e da Escola de Educação Infantil na universidade: “Além do atendimento à sociedade, essas unidades são campos de formação de professores. São tão importantes quanto a existência do hospital universitário para a formação na área de saúde”.

A diretora Maria Luiza Mesquita, do CAP, expôs a dificuldade em negociar vagas EBTT em Brasília: “É importante que a universidade tenha uma atuação propositiva junto ao MEC para pressionar pela ampliação do número de vagas docentes para

EBTT. Durante as reuniões de diretores de Colégios de Aplicação federais, alguns conflitos surgem porque o MEC ainda não reconhece a Escola de Educação Infantil da UFRJ”, disse.

Reserva de vaga

Outro tema que fez parte das reflexões da reunião foi uma petição assinada por pais da EEI que pediam o acesso automático de seus filhos ao CAP-UFRJ após atingida a idade limite de permanência na ex-Creche Universitária. A diretora do CAP esclareceu que isto se caracteriza como reserva de vagas, o que seria inconstitucional e facilmente questionável na Justiça: “A expectativa da reserva de vagas para 2016 não vai se cumprir porque é inconstitucional”, afirmou.

Silvana Sá - 08/06/2015



Da esquerda para a direita: Maria Luiza Mesquita, Alessandra Sarkis, Isabela Lopes (pesquisadora), Monica Lima e Ana Maria Monteiro

Pensando a crise na universidade

Atividade, na PV, fez parte da agenda da greve estudantil

Silvana Sá

silvana@adufrj.org.br

Os Centros Acadêmicos de Relações Internacionais e Economia realizaram uma atividade conjunta na noite de 8 de maio, no Teatro de Arena da Praia Vermelha. O objetivo foi debater com estudantes e professores a crise que se instalou na universidade

pública. Para a atividade, foram convidadas as professoras Tatiana Brettas (ESS) e Renata Flores (CAp) e os professores Elídio Alexandre Borges Marques (NEPP-DH) e João Batista Ferreira (IP). A mediação foi feita por Bianca de Moura e Lucas Ferreira, estudantes representantes dos dois CAs.

Os professores alertaram para a necessidade de os segmentos universitários se organizarem na defesa da universidade pública e do direito à educação de qualidade e contra os ataques sofridos pela classe trabalhadora. Tatiana

chamou atenção para articulações econômicas que retiram sistematicamente direitos dos trabalhadores e que, na prática, são instrumentos para a manutenção dos privilégios dos mais ricos.

Renata Flores apontou para as articulações políticas que, somadas às medidas de austeridade do governo federal, completam o quadro de ataques aos direitos conquistados historicamente. “O pensamento hegemônico é de que só o privado tem qualidade. Assim se consegue desmontar a estrutura pública. Nossa luta é para forta-

lecer a educação pública”.

Para o professor Elídio Marques, o discurso hegemônico indica que a economia deve seguir o caminho dos cortes e medidas de austeridade: “O tipo de saída da crise visa concentrar ainda mais riquezas”. Segundo o professor, a sonegação fiscal só neste ano já é da ordem de R\$ 200 bilhões! “O sonegado é mil vezes o orçamento da universidade”, comparou.

A influência do modo de organização contemporânea para a saúde do trabalhador foi abordada pelo professor João.

Para ele, o momento é de banalização das injustiças e da precarização das relações de trabalho. “A terceirização é vendida como uma modernização, como ampliação de direitos, mas é a institucionalização da precarização. A flexibilização é, em última instância, a dos direitos dos trabalhadores”, alertou. Ele deu alguns dados importantes: trabalhadores terceirizados recebem 24% a menos; a taxa de rotatividade é superior em 63%; o risco de morte é maior entre terceirizados; calotes das empresas é uma realidade comum.

PAINEL ADUFRJ DA REDAÇÃO

A agenda oculta

O árido economês do dia a dia da mídia corporativa interdita o entendimento mais amplo das engrenagens da política econômica.

É quase uma linguagem cifrada que atende operadores na sua faina de reprodução do capital. E, claro, ao discurso ideológico que a justifica.

Ninguém é obrigado a entender de política monetária e fiscal, mas é aí que se embute, hoje, o núcleo forte das escolhas do governo – com impactos determinantes na vida das pessoas.

Escolhas que resultam no sequestro da fatia mais farta do orçamento para remuneração dos juros da dívida pública.

Decisões fiscais que estabelecem, por exemplo, a blindagem das grandes fortunas.

Medidas que abandonam a saúde e a educação públicas e ajustes baseados no ataque aos direitos da massa trabalhadora.

Opções recessivas que ampliam o desemprego; juros estratosféricos que fazem a festa dos bancos, fundo de investimentos, clãs rentistas.

A administração da dívida pública é o nó que expõe a base da política econômica liberal do governo, cuja matriz foi o governo FHC.

É a agenda oculta, que não é esmiuçada, a pauta escondida sob a expressão genérica **superávit**

primário. Por isso é que, quando o bloqueio sobre o assunto é quebrado, deve ser amplificado.

Na semana passada Maria Lúcia Fattorelli, que coordena a Auditoria Cidadã da Dívida no Brasil, deu entrevistas ao **Informandes** e à revista **Carta Capital**. Ela participou da auditoria da dívida pública do Equador, logo no início do governo de Rafael Correa, em 2007. Lá, o presidente convocou os detentores de títulos da dívida e pagou apenas 30% do valor que era anteriormente atribuído aos papéis. Agora, ela foi convidada a integrar o Comitê pela Auditoria da Dívida Grega com outros 30 especialistas internacionais.

Fattorelli explica que, de forma técnica, a dívida pública é uma forma de complementar o financiamento do Estado. Em princípio, não teria nada de errado no fato de um país se endividar para atender ao interesse público, no caso de arrecadação insuficiente para bancar suas obrigações.

Os problemas começam quando o endividamento se transforma, como no Brasil e nos demais países, em veículo de desvios de recursos para o sistema financeiro.

Indagada sobre a relação entre os juros da dívida pública e o ajuste fiscal que está sendo implantado pelo

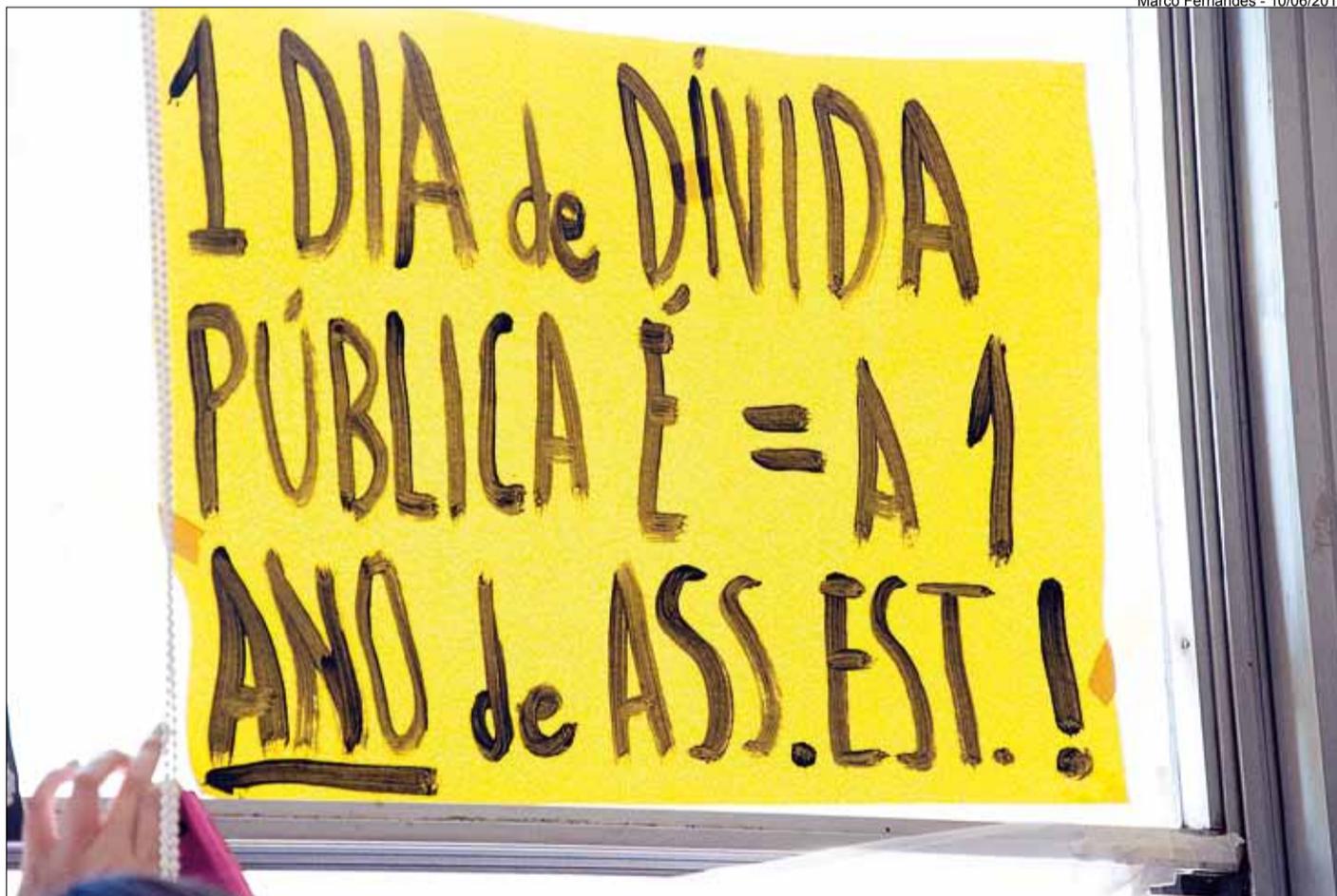
governo, Fattorelli é didática. Ela diz que todo mundo fala no ajuste, no corte, na necessidade de austeridade. Mas lembra que, desde o Plano Real, o Brasil produz superávit primário todo ano.

O que quer dizer isso, superávit primário? “Significa que os gastos primários estão abaixo das receitas primárias. Gastos primários são todos os gastos, com exceção da dívida. É o que o Brasil gasta: saúde, educação...exceto juros. Tudo isso são gastos primários. Se você olhar a receita, o que alimenta o orçamento? Basicamente a receita de tributos. Então superávit primário significa que o que nós

estamos arrecadando com tributos está acima do que estamos gastando, então está sobrando a parte que vai para os juros”.

Ao **Informandes**, ela disse que a taxaço das grandes fortunas poderia ser um alternativa para o aumento da arrecadação. E fez uma projeção: “Se tributássemos as fortunas acima de R\$ 50 milhões que existem no país, com alíquota de 5% ao ano, incidente somente sobre a parcela que excede o valor, isso representaria uma arrecadação de cerca de R\$ 90 bilhões ao ano, cinco vezes mais do que o governo alega que vai arrecadar com as medidas que tiram direitos dos trabalhadores.”

Marco Fernandes - 10/06/2015



QUARTA-FEIRA, 10 DE JUNHO: cartaz fixado por estudantes na janela da sala dos conselhos superiores

VIDA DE PROFESSOR

Diego Novaes



VIOLÊNCIA DE ESTADO

Ayotzinapa também é aqui

Política de genocídio dos jovens pobres é comum a toda a América Latina, concluem participantes de encontro que reuniu, no Rio de Janeiro, familiares de alguns dos alunos desaparecidos no México em 2014

Atividade foi realizada no Museu da Maré

Samantha Su
Estagiária e Redação

No dia 26 de setembro de 2014, Jorge Antonio Tizapa Legideño, de 21 anos, estudante da Escola Normal Rural de Ayotzinapa, pegou um ônibus com os amigos para participar de uma manifestação em defesa da educação, na cidade de Iguala, no México. Porém, ele e mais 42 alunos foram levados pela polícia municipal e nunca mais voltaram. No dia 14 de maio de 2014, Jonathan de Oliveira Lima, de 19 anos, passeava de bicicleta pela favela de Manginhos e foi alvejado com um tiro nas costas. A policial que atirou em Jonathan já tinha sido acusada, um ano antes, pelo assassinato de outros três jovens na Baixada Fluminense.

As histórias de Jonathan e Jorge foram contadas pelas suas mães durante a Coletiva de Imprensa da “Caravana43” no Museu da Maré, no último dia 10 de junho. A Caravana, que percorre os países sul-americanos e chegou ao Brasil este mês, possibilitou aos pais de alguns dos 43 desaparecidos no México conversarem com outros pais e mães que perderam seus filhos nas favelas brasileiras. Apesar da distância dos acontecimentos, as mortes de jovens nas periferias da América Latina, com a anuência do Estado, foi ponto comum nos relatos.

Além dos parentes, um dos sobreviventes do ataque no México também esteve presente. Francisco Sánchez é estudante normalista da Escola Rural de Ayotzinapa e viu quando os colegas de classe foram levados pela polícia. Ele resumiu o encontro realizado na Maré: “É lamentável tudo isso que temos escutado, é lamentável a situação da América Latina e da nossa dor. Eu achava que só no México isso acontecia, mas aqui eu vejo como é globalizado o genocídio do Estado. Estamos aqui buscando mostrar a situação do México, mas, principalmente, estamos aqui também para globalizar a nossa resistência”.

O Estado e sua política racista

O encontro dos mexicanos com a Maré começou com almoço, visita guiada no Museu popular do lugar e roda de conversa com os moradores. O passeio pelas favelas que compõem



Francisco Sánchez, de pé, um dos sobreviventes do ataque aos estudantes de Ayotzinapa: “Estamos aqui buscando mostrar a situação do México, mas, principalmente, estamos aqui também para globalizar a nossa resistência”

Autos de resistência

Estado	2013	2014
Rio	416	582
São Paulo	369	728

Fonte: ONG Human Rights Watch

o Complexo da Maré lembrou os 30 mil jovens assassinados por ano no Brasil (desses, 77% eram negros).

Durante a visita, foi enfatizada a necessidade de apontar a política racista nas violações de direitos humanos cometidas pelo Estado brasileiro. Débora Maria da Silva, representante do movimento Mães de Maio — surgido a partir das chacinas realizadas em maio de 2006, em São Paulo —, lembrou a importância da aprovação do Projeto de Lei 4.471, que dá fim aos autos de resistências. O mecanismo, criado durante a ditadura militar, categoriza assassinatos cometidos por policiais como resistência seguida de morte. Segundo a ONG *Human Rights Watch*, as mortes nessas circunstâncias, em São Paulo, cresceram de 369, em 2013; para 728, em 2014, um salto de 97%. No

Rio de Janeiro, foram 416 mortes, em 2013, e 582 mortes em 2014, um avanço de 40%. A organização da coletiva de imprensa informou que, no Brasil, o número de homicídios, num intervalo de três anos, é praticamente o mesmo no México desde 2006, cerca de 150 mil.

Monica Cunha, do movimento Moleque — integrante da Rede de Comunidades e Movimentos Contra a Violência no Rio de Janeiro —, observou outra mobilização necessária no Brasil: “Não podemos deixar de acreditar na justiça e na igualdade, apesar de tudo. Olha quantas mães aqui, quantas mães mais vão ter que chorar? É por isso que temos que dizer não à redução da maioria penal, porque a gente sabe qual é a cor que está na medida socioeducativa, a gente sabe também a cor do sistema carcerário,” disse.

Boicote eleitoral por Justiça

No México, durante as eleições legislativas no início de junho, municípios perto de Ayotzinapa se mobilizaram para realizar um boicote. Urnas foram recolhidas e queimadas. O Instituto Nacional Eleitoral anunciou a anulação do pleito em alguns municípios. “Não podíamos permitir que os outros votassem enquanto faltam 43. Não era o momento de votar, mas de sermos autônomos, independentes de prefeitos e partidos. O povo organizado não precisa disso, não podemos deixar que mudassem o governo para mais promessas sem que nada tivesse sido feito para aprofundar as investigações”, desabafou Francisco Sánchez.

A turbulência política no México demonstra o descontentamento da população com as ligações entre políticos e grupos narcotraficantes, que ficaram mais explícitas após o desaparecimento dos normalistas. Levados pela polícia municipal, os 43 estudantes teriam sido entre-

gues a uma organização criminosa e, confundidos com rivais, foram assassinados.

A Procuradoria Geral do México fechou o caso em novembro do ano passado. Ainda assim, as investigações do governo mexicano são contraditórias e não convenceram os familiares que, desde outubro, haviam contratado peritos argentinos para agilizar o caso. Segundo a Equipe Argentina de Antropologia Forense (EAAF) o processo não poderia ser concluído, pois uma série de falhas e irregularidades nas investigações oficiais foi cometida.

“Não cremos na versão do governo, pelas mentiras que nos contaram antes e por isso estamos buscando nossos filhos e não vamos parar até encontrar. Viemos aqui denunciar o que está acontecendo no México, pois lá ser pobre é um delito”, desabafou emocionada, Hilda Legideño Vargas, mãe de Jorge Antonio Legideño, durante a coletiva de imprensa.